

## **A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE MENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL: CONHECENDO O PROJETO ESCOLA ESCUTA**

Yasmin Coelho Figueiredo

Colégio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco-EFM

Email para correspondência: [yasmin.man@hotmail.com](mailto:yasmin.man@hotmail.com)

### **RESUMO**

A saúde mental é um componente fundamental para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, influenciando diretamente o aprendizado, as relações sociais e o bem-estar geral. Considerando que a infância e a adolescência são períodos críticos para o desenvolvimento emocional e psicológico, a ausência de suporte adequado pode resultar em consequências duradouras ao longo da vida. Essa realidade foi especialmente agravada durante a pandemia de COVID-19, que expôs e ampliou fragilidades já existentes na saúde mental infantojuvenil. Além disso, diversos estudos vêm evidenciando a estreita relação entre saúde mental e desempenho acadêmico. Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo discutir a importância da saúde mental na educação infantojuvenil, analisando os impactos das condições emocionais no desempenho acadêmico e na formação de relações sociais saudáveis. Conclui-se que, investir na saúde mental dos estudantes é investir na qualidade da educação e no futuro da sociedade. A construção de políticas públicas educacionais que contemplem o bem-estar emocional como parte integrante do processo formativo é uma necessidade urgente. Daí, a importância da criação e realização do Projeto Escola Escuta, lançado no estado do Paraná no ano de 2023, oferecido pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná, em parceria com especialistas conveniados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no intuito de visar o cuidado com a saúde socioemocional dos estudantes, com foco na escuta e acolhimento. O compromisso com uma educação inclusiva, empática e sensível às necessidades emocionais das crianças e adolescentes deve ser assumido por todos os agentes envolvidos no ambiente escolar, para que seja possível garantir um desenvolvimento pleno, saudável e humanizado.

**Palavras-chave:** Saúde mental; Educação Infantojuvenil; Relações socioemocionais; Projeto Escola Escuta

## **I. INTRODUÇÃO**

A saúde mental é um componente fundamental para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, influenciando diretamente o aprendizado, as relações sociais e o bem-estar geral. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2021), cerca de 10 a 20% das crianças e adolescentes em todo o mundo convivem com problemas de saúde mental, que frequentemente se manifestam na forma de transtornos de ansiedade, depressão e alterações comportamentais. Considerando que a infância e a adolescência são períodos críticos para o desenvolvimento emocional e psicológico, a ausência de suporte adequado pode resultar em consequências duradouras ao longo da vida.

Essa realidade foi especialmente agravada durante a pandemia de COVID-19, que expôs e ampliou fragilidades já existentes na saúde mental infantojuvenil. Biachi et al. (2024) destacam que a interrupção das atividades escolares presenciais durante a pandemia trouxe à tona questões antes invisíveis, como a saúde mental dos estudantes. O estresse, a incerteza e o isolamento social vivenciados nesse período acentuaram quadros de ansiedade e depressão entre os jovens.

Além disso, diversos estudos vêm evidenciando a estreita relação entre saúde mental e desempenho acadêmico. Crianças e adolescentes que enfrentam dificuldades emocionais tendem a apresentar queda na concentração, desmotivação e baixo rendimento escolar (Schwingel et al. 2023). Essa relação também é apontada por Silva (2023), que ressalta que escolas que priorizam o bem-estar emocional dos estudantes tendem a observar melhores desempenhos acadêmicos e sociais, demonstrando que o acolhimento emocional contribui significativamente para a aprendizagem e o desenvolvimento integral.

Nesse contexto, cresce o reconhecimento da importância de intervenções precoces e eficazes dentro do ambiente escolar. De acordo com Biachi et al. (2024), programas de saúde mental nas escolas podem reduzir significativamente os sintomas de ansiedade e depressão em crianças e adolescentes. Esses programas não apenas oferecem suporte emocional aos alunos, como também favorecem um ambiente escolar mais seguro, acolhedor e propício ao aprendizado.

Essa abordagem se torna ainda mais relevante quando se considera que o ambiente escolar é um espaço privilegiado tanto para a identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico quanto para a implementação de estratégias de cuidado. A escola, como espaço de convivência e formação integral, tem o potencial de contribuir diretamente para a promoção

da saúde mental dos estudantes. Nesse sentido, torna-se imprescindível integrar ações de acolhimento, escuta e cuidado emocional às práticas pedagógicas e políticas educacionais.

Dessa forma, o Projeto Escola Escuta, ocupa um lugar de destaque no meio acadêmico, como uma política pública advinda da Secretaria Estadual de Educação em parceria com outros órgãos, em consonância com a Lei n.º 13.431/2017 que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, vítima ou testemunha de violência, e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta lei normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de modo a criar mecanismos para a prevenção e coibição da violência, tipificando as formas de violência física, psicológica, sexual, institucional e patrimonial. Conforme Artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”, ressaltando que a escola, como local de proteção, precisa adotar procedimentos que restaurem o equilíbrio normal e seguro, rompendo com o ciclo da violência (CECCON, 2009).

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo discutir a importância da saúde mental na educação infantojuvenil, analisando os impactos das condições emocionais no desempenho acadêmico e na formação de relações sociais saudáveis. A partir de uma revisão de literatura, foram apresentados dados sobre a prevalência de problemas de saúde mental entre jovens e a necessidade de políticas educacionais que integrem práticas de acolhimento e suporte emocional nas escolas. Além disso, é discutido o funcionamento do Projeto Escola Escuta, bem como o papel fundamental que educadores e instituições de ensino desempenham na promoção do bem-estar emocional dos alunos.

## **II. SAÚDE MENTAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2021) descreve a saúde mental como uma condição de bem-estar na qual a pessoa tem consciência de suas capacidades, consegue enfrentar os desafios cotidianos, tem um desempenho produtivo no trabalho e contribui com sua comunidade. Esse entendimento abrange mais do que apenas a falta de distúrbios mentais; envolve elementos emocionais, cognitivos e sociais, sendo especialmente crucial nas etapas iniciais do crescimento humano, como na infância e adolescência. Durante esses períodos, muitas das habilidades emocionais e sociais que afetarão a vida adulta se formam.

O crescimento emocional na infância e adolescência é fortemente afetado pelo ambiente familiar, escolar e comunitário. Assim, a saúde mental está relacionada não só a fatores biológicos, mas também às interações sociais e ao ambiente vivenciado por crianças e adolescentes (Cubas et al. 2024). Em conjunto, Simonetti et al. (2024) destacam que o cuidado em relação à saúde mental deve ser iniciado nos primeiros anos de vida, por meio de políticas públicas que garantam proteção, acolhimento e a promoção do bem-estar psicossocial.

O desenvolvimento emocional adequado pode ser beneficiado por fatores de proteção, como o suporte familiar, relacionamentos afetivos consistentes, um ambiente escolar amigável, além da disponibilidade de serviços de saúde e assistência social. Esses fatores são cruciais para aumentar a autoestima, resiliência e capacidade de lidar com dificuldades (Cubas et al. 2024). De acordo com Jucá (2019), vínculos familiares positivos e apoio emocional contínuo são fundamentais para oferecer segurança e estabilidade que favoreçam o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

Em contrapartida, Santana e Almeida (2024) observam que existem diversos fatores de risco que podem prejudicar a saúde mental de jovens. Entre eles, destacam a exposição à violência, negligência, abusos físicos ou emocionais, condições de pobreza extrema e desestruturação familiar. Crianças e adolescentes que vivem em situações de vulnerabilidade social estão mais propensos a desenvolver problemas mentais, incluindo depressão, ansiedade e comportamentos agressivos.

Além dos aspectos do ambiente, é importante levar em conta características individuais, como o temperamento, habilidades de enfrentamento e experiências passadas. A interação entre fatores genéticos e ambientais molda a maneira como cada pessoa reage a situações cotidianas. Assim, a presença ou falta de fatores de proteção pode influenciar significativamente a saúde mental dos jovens, reforçando a necessidade de ações preventivas e intersetoriais desde os primeiros anos de vida (Silva e Jurdi, 2023).

É importante ressaltar que, conforme a Organização Mundial da Saúde (2021), entre 10% e 20% das crianças e jovens globalmente enfrentam algum tipo de transtorno mental. Esse fato é alarmante, principalmente ao notar que muitos desses transtornos não são diagnosticados ou tratados de forma adequada. Os distúrbios mais frequentes entre os jovens incluem ansiedade, depressão, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e problemas de conduta.

Pesquisas realizadas em nível nacional também indicam um aumento significativo na ocorrência de problemas emocionais entre crianças e adolescentes, especialmente após a pandemia de COVID-19. Cubas et al. (2024) apontam que o fechamento das escolas, o isolamento social e a instabilidade familiar pioraram os quadros de sofrimento mental. Vários alunos relataram sintomas como dificuldade para dormir, tristeza constante, irritação e queda no desempenho acadêmico.

Assim, a falta de atenção à saúde mental de crianças e adolescentes traz efeitos duradouros, afetando não apenas o seu desenvolvimento pessoal, mas também os indicadores sociais e educacionais. A detecção precoce e o acompanhamento apropriado são ações fundamentais para assegurar o bem-estar e o pleno desenvolvimento desse grupo. Nesse cenário, a escola se destaca como um espaço crucial para a observação, o apoio e o encaminhamento desses casos (Simonetti et al. 2024).

### **III. A RELAÇÃO ENTRE SAÚDE MENTAL, APRENDIZAGEM E CONVIVÊNCIA ESCOLAR**

Segundo Silva (2023), a saúde mental durante a infância e adolescência é essencial para o desenvolvimento completo do ser humano, afetando diretamente tanto o bem-estar emocional quanto a habilidade de aprender e interagir de maneira saudável com os outros. Em um ambiente educacional cada vez mais complexo, onde os alunos enfrentam pressões sociais, familiares e acadêmicas, é crucial debater a interconexão entre saúde mental, aprendizado e convivência escolar. Em colaboração, Fonseca et al. (2022) citam que, a escola, como um espaço fundamental para formação e socialização, deve reconhecer que as questões emocionais são parte integrante da vida dos alunos e precisam ser tratadas com a mesma importância que as questões cognitivas. Isso implica em adotar uma perspectiva que inclua o desenvolvimento emocional como um componente fundamental do currículo e da vida diária.

Em relação ao aprendizado, diversos estudos sugerem que os fatores emocionais desempenham um papel crucial no processo de aquisição de conhecimentos. Crianças e adolescentes que enfrentam ansiedade, depressão, baixa autoestima ou sofrimento psicológico frequentemente apresentam dificuldades em se concentrar, lembrar informações e pensar logicamente. Esses problemas emocionais, muitas vezes discretos, têm um impacto significativo no desempenho escolar, pois afetam a motivação, o envolvimento e a habilidade de solucionar problemas. Além disso, a insegurança emocional pode levar a uma percepção

distorcida das próprias capacidades, fazendo com que os alunos evitem desafios por medo de falhar, prejudicando assim seu progresso acadêmico e pessoal (Silva, 2022).

Simultaneamente, Santos e Rangel (2023) citam que, as relações dentro da escola são profundamente influenciadas pelo estado emocional dos alunos. A maneira como os estudantes interagem entre si e com os professores depende, em grande medida, da estabilidade de suas emoções e da qualidade das relações que estabelecem. Em contextos educacionais onde imperam o respeito, a escuta ativa e a empatia, há uma tendência maior para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como autocontrole, cooperação e resolução pacífica de conflitos. Por outro lado, instituições que não incentivam a inclusão emocional ou que ignoram ocorrências de bullying e discriminação contribuem para um ambiente hostil, agravando ainda mais os problemas de saúde mental e colocando em risco a permanência e o sucesso dos alunos.

Portanto, é fundamental que as escolas adotem uma abordagem ativa em relação à saúde mental. Para Fonseca et al. (2022), esse cuidado inicia-se com a formação contínua dos educadores, que precisam ser treinados não apenas para transmitir conhecimento, mas também para compreender as emoções e comportamentos dos alunos. A capacidade de ouvir atentamente, oferecer acolhimento e resolver conflitos é crucial para qualquer professor moderno. Além disso, Silva (2022) completa que as instituições educacionais devem priorizar a criação de ambientes de diálogo, como grupos de discussão e oficinas de habilidades socioemocionais, onde os alunos possam compartilhar seus sentimentos, cultivar empatia e fortalecer laços afetivos com seus colegas e educadores.

Outro elemento crucial para Oliveira e Ferreira (2022) é a detecção antecipada de sinais de angústia mental. Alterações no comportamento, isolamento social, irritação excessiva, diminuição no desempenho acadêmico e atitudes autocríticas são alguns dos sinais que indicam que a saúde mental do aluno pode estar em risco. A escola, ao formar um laço próximo com os alunos, está em uma posição privilegiada para notar essas transformações e encaminhar a situação para especialistas qualificados. A colaboração com psicólogos escolares, assistentes sociais e profissionais de saúde possibilita um acompanhamento mais eficiente e impede que pequenos sinais evoluam para situações mais sérias.

Além disso, Santos e Rangel (2023) pontuam que é essencial integrar a promoção da saúde mental no currículo de maneira deliberada. Discutir tópicos como autocuidado, empatia, controle emocional e habilidades sociais nas matérias ou em projetos interdisciplinares ajuda a formar cidadãos mais conscientes e equilibrados emocionalmente. A educação emocional deve ser uma parte integrante de todas as áreas de conhecimento, pois está ligada à maneira

que os alunos se relacionam com o mundo, resolvem disputas e enfrentam os desafios do cotidiano. Essa abordagem não só previne problemas de saúde mental, mas também fortalece a resiliência dos alunos.

A situação social das famílias deve ser considerada conforme aponta Lobato et al. (2023). Muitos jovens enfrentam condições de vulnerabilidade, como violência familiar, negligência, abuso, pobreza e falta de segurança alimentar, que afetam diretamente seu bem-estar emocional e, conseqüentemente, suas experiências escolares. Portanto, a escola não pode se desconectar dessas questões; ao contrário, precisa cultivar parcerias com serviços de saúde, assistência social e conselhos tutelares, formando uma rede de proteção que assegure os direitos e o bem-estar dos estudantes. Um trabalho colaborativo e comunitário amplia o impacto das iniciativas escolares e permite uma compreensão mais sensível e coordenada dos desafios que crianças e adolescentes enfrentam.

O estigma associado à saúde mental é também um desafio significativo que deve ser superado. Muitos alunos hesitam em discutir seus sentimentos devido ao medo de serem julgados, sentirem vergonha ou preconceito, afastando-se assim de possíveis fontes de ajuda (Silva, 2022). Implementar campanhas de conscientização na escola, desmistificar os transtornos mentais e enfatizar que buscar ajuda é um ato de coragem e autocuidado são estratégias que ajudam a transformar a cultura escolar em um ambiente de acolhimento e solidariedade. Alunos que se sentem emocionalmente seguros tendem a se comunicar melhor, aprender mais e interagir de forma mais ética e respeitosa com os outros (Fonseca et al. 2022).

Políticas educacionais precisam se alinhar com essa tendência, assegurando financiamento, treinamento e infraestrutura para que as instituições de ensino possam efetivamente apoiar a saúde mental. A expansão de iniciativas como o Programa Saúde na Escola, o fortalecimento de equipes multidisciplinares e o investimento em ambientes de acolhimento e escuta são ações que precisam ser priorizadas. A saúde mental dos alunos não pode depender apenas da boa vontade de alguns profissionais, mas deve ser uma prioridade institucional e política, pautada por objetivos claros e sustentada por recursos financeiros adequados (Santos e Rangel, 2023).

Assim, entender a conexão entre saúde mental, aprendizado e convivência na escola é reconhecer que uma educação de qualidade vai além da simples transmissão de informações. Para Fonseca et al. (2022), ela deve ser emocionalmente consciente, afetivamente receptiva e socialmente responsável. Ao integrar o bem-estar emocional na prática pedagógica, a escola se transforma em um ambiente onde cada aluno pode desenvolver-se plenamente,

aprender de forma significativa, conviver respeitosamente e construir um projeto de vida mais saudável e promissor. Portanto, promover a saúde mental na educação de crianças e adolescentes é uma responsabilidade ética, pedagógica e humana.

#### **IV. O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL**

De acordo com Silva (2022), a instituição educacional, enquanto um dos principais ambientes de interação e evolução pessoal, desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar psicológico de jovens. Por estar constantemente presente na vida dos alunos, ela tem a capacidade de perceber sinais iniciais de angústia mental, estabelecer espaços de escuta acolhedora e auxiliar na implementação de iniciativas preventivas que favoreçam o equilíbrio emocional dos estudantes. Dentro desse cenário, a promoção do bem-estar mental deve ser vista não como uma tarefa secundária da escola, mas como uma parte vital de seu compromisso com a educação integral dos alunos.

A promoção do bem-estar mental nas escolas envolve ações educativas, preventivas e interventivas. Isso demanda que os educadores estejam preparados para identificar os riscos e os fatores que proporcionam proteção relacionados ao sofrimento emocional (Silva e Barros, 2021). Em colaboração, Silva (2022) cita que, um corpo docente que esteja ciente e informado sobre a relevância da saúde mental pode atuar de maneira mais eficaz na resolução de conflitos, no fortalecimento das relações afetivas e no desenvolvimento das competências socioemocionais dos alunos. Além disso, é fundamental que os líderes escolares implementem diretrizes internas e práticas institucionais que fomentem uma cultura de acolhimento, escuta atenta, respeito à diversidade e valorização da individualidade de cada estudante.

A escola deve também funcionar como uma promotora de ambientes saudáveis. Isso implica considerar o espaço físico, a rotina pedagógica, a interação entre professores e alunos e a convivência entre colegas como fatores que podem favorecer ou prejudicar a saúde emocional dos estudantes. Ambientes caracterizados por competitividade excessiva, pressão por desempenho e disciplina rígida podem gerar ansiedade, medo e insegurança, enquanto ambientes que incentivam o diálogo, a autonomia juvenil e o respeito mútuo favorecem o desenvolvimento de competências emocionais e sociais. É nesse contexto que a criação de projetos pedagógicos voltados para a educação emocional, empatia e resolução pacífica de conflitos se torna tão relevante (Silva, 2019).

O papel da escola na promoção da saúde mental vai além de sua esfera interna de acordo com Oliveira (2024). Ela precisa se integrar às famílias e aos serviços da rede de proteção social. A colaboração com unidades básicas de saúde, serviços de assistência social e órgãos de proteção à infância e adolescência possibilita um acompanhamento mais eficiente de casos que necessitam de intervenção de múltiplas áreas. Essa colaboração intersetorial é crucial para assegurar uma abordagem holística ao estudante, já que muitas questões emocionais que afetam a vida escolar têm origem em contextos familiares vulneráveis, além de experiências de violência, negligência ou privação de direitos essenciais.

Silva (2019) cita que, é essencial que a instituição de ensino dedique-se ao aprimoramento contínuo de suas equipes, proporcionando oportunidades de aprendizado, reflexão e cuidado aos educadores. O bem-estar psicológico dos professores influencia de maneira significativa a qualidade do relacionamento que mantêm com os alunos e como gerenciam o processo de ensino. Um educador que se sente emocionalmente sobrecarregado, sem suporte da instituição e enfrentando uma carga de trabalho excessiva, costuma ter dificuldades para enfrentar os desafios do ambiente escolar, o que pode resultar em práticas desumanizadoras e em relações problemáticas. Portanto, zelar pela saúde mental dos profissionais de educação é também uma maneira de fomentar o bem-estar coletivo na instituição.

A escuta atenta deve ser uma prática estabelecida nas instituições. Muitas vezes, crianças e adolescentes carecem de habilidades verbais para comunicar suas angústias, e suas dores emocionais se manifestam através de comportamentos inadequados, isolamento ou falta de motivação (Oliveira, 2024). Cananosque Neto et al. (2024) pontuam que, é responsabilidade da escola observar esses sinais e proporcionar ambientes onde os estudantes possam compartilhar suas preocupações sem o receio de serem julgados ou punidos. Iniciativas como rodas de conversa, grupos de apoio, oficinas de expressão emocional e acompanhamento psicopedagógico são fundamentais para criar um ambiente mais acolhedor e seguro emocionalmente.

Outro aspecto importante para Lemos et al. (2025) é a inclusão do tema da saúde mental no currículo escolar. Discutir temas como autoestima, ansiedade, depressão, relacionamentos, empatia e autoconhecimento de maneira integrada permite que os alunos entendam seus próprios sentimentos e desenvolvam recursos para enfrentar os desafios emocionais do dia a dia. A educação emocional, quando incorporada ao currículo, reforça a resiliência dos alunos, amplia suas habilidades de convivência e potencializa o aprendizado.

Essa abordagem também é valiosa para desconstruir estigmas associados aos transtornos mentais, fomentando uma cultura de acolhimento e respeito às diversidades.

A atuação de profissionais de apoio, como psicólogos escolares e orientadores educacionais, é igualmente crucial nesse contexto. Esses profissionais devem ser parte das equipes pedagógicas e participar ativamente das estratégias da escola, contribuindo com seu conhecimento para identificar fatores de risco, mediar conflitos e desenvolver intervenções individuais e coletivas. A presença desses especialistas permite uma análise mais sensível e técnica das questões emocionais enfrentadas pelos estudantes, além de favorecer a criação de políticas internas de saúde mental fundamentadas em evidências e melhores práticas (Silva e Barros, 2021).

Por fim, é essencial reconhecer que promover a saúde mental no ambiente escolar demanda uma transformação cultural. Oliveira (2024) pontua que, é necessário reavaliar o papel da escola não apenas como um lugar de transmissão de conhecimentos, mas como uma instituição que forma cidadãos emocionalmente conscientes, críticos e éticos. A escola deve ser um espaço de vida, afeto, proteção e pertencimento. Quando a saúde mental é considerada uma parte essencial da formação educacional, estabelece-se uma base sólida para que os alunos desenvolvam sua autonomia, ampliem sua capacidade de enfrentar desafios e construam trajetórias de vida mais saudáveis e felizes.

## **V. POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE APOIO À SAÚDE MENTAL ESCOLAR**

De acordo com Braga (2019), as políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental no ambiente escolar têm se mostrado cada vez mais relevantes diante dos desafios contemporâneos enfrentados pelas crianças e adolescentes no contexto educacional. Problemas como ansiedade, depressão, baixa autoestima, dificuldades de socialização e até ideação suicida estão se tornando recorrentes nas escolas, exigindo respostas articuladas e eficazes por parte do poder público. Nesse cenário, torna-se fundamental refletir sobre as estratégias institucionais implementadas nas redes de ensino para garantir o cuidado integral dos estudantes, considerando-os em sua complexidade e em suas dimensões emocionais, cognitivas e sociais. A escola não pode mais ser vista apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas também como ambiente de convivência, acolhimento e promoção da saúde mental, em diálogo constante com políticas públicas específicas.

Um dos principais programas brasileiros voltados à promoção da saúde nas escolas é o Programa Saúde na Escola (PSE) segundo Ferreira et al. (2022), criado em 2007 por meio de parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação. O PSE tem como objetivo fortalecer ações de prevenção e cuidado dentro do ambiente escolar, com foco em temas como alimentação saudável, saúde bucal, prevenção de violências e, mais recentemente, saúde mental. No entanto, sua aplicação ainda é bastante desigual no território nacional, enfrentando dificuldades como a falta de integração efetiva entre as equipes da saúde e da educação, baixa capacitação dos profissionais envolvidos e escassez de recursos. Além disso, o programa nem sempre consegue contemplar de forma profunda as especificidades da saúde mental infantojuvenil, que exige ações contínuas e sensíveis às particularidades de cada território e comunidade escolar.

A aprovação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas de educação básica, representou um importante avanço no sentido de consolidar o apoio psicossocial como política pública educacional. A atuação desses profissionais é essencial para identificar precocemente sinais de sofrimento psíquico, realizar acolhimentos individuais e coletivos, orientar professores e famílias, além de contribuir para a criação de um ambiente escolar mais saudável e empático. No entanto, a efetivação da lei ainda encontra barreiras significativas, como a ausência de concursos públicos, a resistência de alguns gestores em priorizar a pauta da saúde mental, e a falta de clareza sobre o papel que esses profissionais devem desempenhar no cotidiano escolar, o que compromete o potencial transformador dessa política (Braga, 2019).

Além das políticas nacionais, Lima et al. (2024) citam que, algumas iniciativas estaduais e municipais vêm se destacando pela criação de programas específicos voltados ao cuidado com a saúde mental nas escolas. Em diversas regiões do Brasil, surgem experiências exitosas como rodas de conversa com estudantes, oficinas de educação emocional, grupos de escuta com familiares, capacitações periódicas para docentes e parcerias com universidades para desenvolvimento de projetos de extensão. Esses programas, quando bem conduzidos, promovem espaços seguros de diálogo e escuta ativa, fortalecendo os vínculos entre escola, família e comunidade, e contribuindo para o enfrentamento de questões como o bullying, o isolamento social e o preconceito relacionado a transtornos mentais. A personalização das ações, com base nas necessidades locais, tem se mostrado um fator decisivo para o sucesso dessas políticas.

A formação continuada dos profissionais da educação, especialmente dos professores, representa outro ponto central na consolidação de políticas públicas de saúde mental escolar.

Muitas vezes, os docentes se deparam com situações de sofrimento emocional dos alunos, mas não se sentem preparados para lidar com elas de forma adequada, o que pode gerar sentimentos de impotência, frustração e até adoecimento. Por isso, é urgente que os planos de carreira e as políticas de formação docente incluam conteúdos relacionados à saúde mental, inteligência emocional, mediação de conflitos e desenvolvimento socioemocional. O professor precisa ser visto também como sujeito que sente, que adoece, e que precisa de apoio para exercer sua função com qualidade e equilíbrio emocional (Lago e Aguillar, 2022).

Para Matos e Francisco (2024), a integração entre os setores da saúde, educação e assistência social é uma diretriz fundamental para o sucesso de políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental na infância e adolescência. Essa articulação deve ocorrer de forma sistêmica, com planejamento conjunto, metas compartilhadas e avaliação contínua dos impactos das ações implementadas. A rede de proteção social deve funcionar de forma orgânica, com encaminhamentos ágeis, comunicação eficaz entre os órgãos e centralidade na escuta dos sujeitos atendidos. Somente com essa visão intersetorial será possível garantir o cuidado integral e humanizado das crianças e adolescentes em sofrimento psíquico, evitando abordagens fragmentadas ou excessivamente medicalizantes.

Outro aspecto essencial na formulação e execução de políticas públicas de saúde mental escolar de acordo com Ferreira et al. (2022), é a valorização do protagonismo estudantil. Os alunos precisam ser ouvidos em suas dores, desejos e percepções sobre o ambiente escolar. Espaços de fala, como grêmios estudantis, conselhos escolares e projetos de mediação de conflitos entre pares, podem ser fundamentais para que os estudantes se sintam pertencentes ao processo educativo. A escuta ativa e o estímulo à autonomia contribuem para o fortalecimento da autoestima, do senso de responsabilidade e da capacidade de resolução de problemas, o que está diretamente ligado à promoção da saúde mental e à prevenção de comportamentos de risco.

Apesar dos avanços legais e das experiências locais exitosas, Matos e Francisco (2024) citam que ainda persistem inúmeros desafios para que a saúde mental se consolide como um eixo estruturante da educação brasileira. A falta de investimento público, a ausência de metas claras nos planos de educação, a invisibilidade da pauta nos debates educacionais e o preconceito ainda existente em relação aos transtornos mentais são obstáculos que precisam ser enfrentados de forma coletiva. É necessário ampliar o debate público sobre o tema, sensibilizar os gestores e envolver as famílias e a sociedade civil na construção de uma escola mais acolhedora, inclusiva e promotora de bem-estar.

Por fim, as políticas públicas e os programas de apoio à saúde mental escolar devem ser compreendidos como parte integrante de uma educação que se propõe a formar sujeitos plenos, críticos e emocionalmente saudáveis. O compromisso com o cuidado precisa atravessar o currículo, o projeto político-pedagógico e a cultura institucional das escolas. Promover a saúde mental no ambiente educacional é investir na aprendizagem, na convivência e na cidadania, reconhecendo que uma criança ou adolescente só pode aprender de fato quando se sente respeitado, escutado e emocionalmente seguro (Braga, 2019).

## **VI. O PROJETO ESCOLA ESCUTA: UMA INICIATIVA DO PARANÁ**

O Projeto Escola Escuta, segundo App Sindicato (2023), é uma política pública pioneira implementada no estado do Paraná com o objetivo de fortalecer a escuta ativa e a promoção da saúde mental nas instituições de ensino. Lançado pela Secretaria da Educação e do Esporte em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e com o apoio de universidades públicas, o programa surgiu como resposta à crescente demanda por ações estruturadas que garantissem o bem-estar emocional de crianças e adolescentes no ambiente escolar. O projeto reconhece que o sofrimento psíquico entre os estudantes é uma realidade que precisa ser enfrentada com sensibilidade, planejamento e integração entre diferentes setores da sociedade.

Com foco na prevenção e na promoção da saúde mental, o Escola Escuta atua de forma intersetorial, mobilizando gestores escolares, professores, equipes pedagógicas, profissionais da saúde e, principalmente, os próprios estudantes e suas famílias. Um dos pilares centrais da iniciativa é a formação continuada dos profissionais da educação, com ênfase no desenvolvimento de competências relacionadas à escuta ativa, à mediação de conflitos e à identificação precoce de sinais de sofrimento emocional. Esses processos formativos são ofertados por meio de parcerias com universidades e instituições especializadas, o que assegura qualidade técnica e respaldo científico às ações realizadas (Canezim, 2025).

De acordo com Colégio João Zacco (2025), o projeto se fundamenta na ideia de que a escola deve ser um espaço de acolhimento, diálogo e construção de vínculos. Nesse sentido, o Escola Escuta propõe a criação de rotinas institucionais voltadas à escuta qualificada dos estudantes, como rodas de conversa, oficinas socioemocionais, atendimento individualizado e momentos de convivência reflexiva. Essas práticas permitem que os alunos se expressem

livremente, compartilhem suas angústias, fortaleçam sua autoestima e desenvolvam habilidades importantes para o enfrentamento de situações adversas do cotidiano.

As Instituições de Ensino que irão executar as ações do projeto, recebem um guia de orientação, elaborado pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná, destinado às equipes diretivas e pedagógicas, dos protocolos de situações de violência intra e extraescolar, com protocolos de encaminhamentos às diversas situações de violência, às circunstâncias de saúde mental, aos casos de racismo e injúria racial, bem como às situações de identidade de gênero e orientação sexual. No intuito da identificação e compreensão da crise que acomete os alunos, o guia propõe uma orientação de acordo com cada situação e o contexto dos fatos a serem compreendidos, a fim de que os encaminhamentos tornem-se eficazes. Importante pontuar que os casos são devidamente registrados em Ata e no Sistema Integrado para a Gestão de Ouvidoria (SIGO) (CEDOC, 2020).

Instituída pela Lei n.º13.431/2017, o protocolo de escuta ativa tem o objetivo de evitar que crianças e adolescentes revivam reiteradamente momentos traumáticos de violência e para que possam ser atendidas com dignidade pelo sistema de garantias de direitos como um todo. Deve ser realizada somente por um profissional da Rede de Proteção devidamente especializado.

Um das principais preocupações que a Lei n.º 13.431/2017 traz é em relação a não revitimização de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violências, ou seja, evitar que os relatos sejam repetidos diversas vezes, para várias pessoas. Daí, a crucialidade de agir com assertividade e direcionamento de ações.

A revelação espontânea acontece quando a escolha do profissional é realizada pela própria criança ou adolescente, no intuito de revelar que foi vítima ou testemunha de violência, podendo ser qualquer pessoa do ambiente escolar, que deverá acolher, respeitar, credibilizar o relato, sem questionar ou buscar provas.

Caberá a esse profissional, reproduzir a versão para o(a) diretor(a) e preencher o registro de revelação espontânea, estando o diretor incumbido de realizar os encaminhamentos necessários ao fato, incluindo o preenchimento da ficha do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação). Contudo, caso o (a) profissional que ouviu o relato da criança ou do adolescente estiver inapto ou impossibilitado de escrever, outra pessoa poderá redigir o relato (CEDOC, 2020).

Outro diferencial do projeto para Canezim (2025) é a valorização do protagonismo juvenil. O Escola Escuta reconhece que os adolescentes têm muito a contribuir na construção de um ambiente escolar mais saudável e colaborativo. Para isso, são incentivadas ações como a formação de grupos de apoio entre pares, a criação de grêmios e coletivos estudantis voltados à promoção do bem-estar emocional e a realização de campanhas de conscientização sobre temas como bullying, suicídio, racismo e preconceitos, violência contra a mulher, uso de drogas, exploração do trabalho infantil, orientação sexual, diversidade, combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes, depressão, ansiedade e respeito às diversidades, entre outros. Essas ações reforçam a autonomia dos jovens e os posicionam como agentes ativos da transformação escolar.

Além das ações pedagógicas, ainda de acordo com o Colégio João Zacco (2025), o Escola Escuta também promove a articulação com a rede de saúde mental do território. Isso significa que as escolas participantes do projeto estabelecem vínculos diretos com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde (UBS) e outros serviços especializados, facilitando o encaminhamento de casos que demandam atenção clínica. Essa integração garante maior agilidade no atendimento e evita que situações de sofrimento emocional se agravem devido à descontinuidade no cuidado.

Para Canezim (2025), um dos impactos positivos do projeto é a mudança na cultura escolar, que passa a compreender a saúde mental como parte integrante do processo educativo. Professores e gestores relatam que, após a implementação do Escola Escuta, há maior abertura para o diálogo com os estudantes, redução de conflitos, melhora na convivência e aumento do engajamento nas atividades escolares. Além disso, a formação oferecida aos profissionais amplia a compreensão sobre os determinantes sociais da saúde mental, promovendo práticas pedagógicas mais sensíveis e inclusivas.

O projeto também destaca-se pela ênfase na escuta das famílias, compreendendo que o contexto familiar é essencial para o cuidado emocional dos estudantes. As escolas são incentivadas a criar canais abertos de comunicação com os responsáveis, promovendo encontros, grupos de apoio e rodas de conversa com os pais e mães. Essa aproximação contribui para fortalecer o vínculo entre escola e comunidade, promovendo uma rede de apoio mais sólida ao redor dos estudantes (App Sindicato, 2023).

Ainda de acordo com App Sindicato (2023), vale ressaltar que o Escola Escuta não é uma ação isolada, mas faz parte de uma proposta mais ampla do governo do Paraná de humanização da educação pública. A iniciativa está alinhada com o Plano Estadual de Educação e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que

se refere à promoção da saúde e bem-estar (ODS 3) e à educação de qualidade (ODS 4). Ao integrar saúde e educação de forma efetiva, o projeto oferece uma resposta inovadora e estruturada aos desafios contemporâneos enfrentados pela escola pública brasileira.

Mesmo diante de avanços significativos, o Escola Escuta ainda enfrenta desafios, como a ampliação do número de escolas atendidas, a formação contínua de todos os envolvidos e a consolidação da cultura da escuta em todos os níveis da gestão escolar. Também é necessário garantir recursos financeiros e humanos que permitam a sustentabilidade da política a longo prazo. Para isso, o envolvimento dos gestores estaduais, das secretarias municipais e da sociedade civil é fundamental (Canezim, 2025).

Em síntese, o Projeto Escola Escuta representa uma importante referência nacional no campo das políticas públicas de saúde mental escolar. Ao reconhecer a escuta como um ato pedagógico e terapêutico, a iniciativa transforma a escola em um espaço de cuidado, acolhimento e desenvolvimento integral. O exemplo do Paraná revela que é possível construir caminhos de transformação na educação quando há compromisso político, planejamento intersetorial e valorização das vozes que compõem o cotidiano escolar — especialmente aquelas que, historicamente, foram silenciadas (App Sindicato, 2023).

No entanto, a App, chama a atenção para a execução do projeto, uma vez que, na opinião do sindicato, apesar da idealização ser bem intencionada, “na prática, professores (as) e funcionários(as) sobrecarregados(as) têm assumido uma nova responsabilidade – para a qual não têm formação - já que o projeto prevê que a escola deve dispor de profissionais do próprio quadro para realizar a escuta” (App Sindicato, 2023).

O sindicato dos professores, alerta que os Núcleos Regionais de Educação (NREs) têm cobrado criteriosamente o registro de ações, de modo a sobrecarregar ainda mais os funcionários que assumiram uma nova responsabilidade, e reiteram que, apesar da primeira escuta ser indissociável da rotina dos (as) educadores (as), a abordagem especializada nesse âmbito deve ser realizada por profissionais da saúde ou assistência social, haja vista que esses encaminhamentos, sem a devida formação, poderão ocasionar consequências catastróficas, de modo a resultar na responsabilidade administrativa e até criminal dos envolvidos (APP, 2023).

Assim sendo, a categoria defende que o poder público proporcione à rede ferramentas ágeis e menos burocratizadas para a rápida notificação dos casos que necessitem de atenção à saúde mental, psicológica e emocional dos(as) estudantes, de forma integrada ao SUS (APP, 2023).

## **VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A discussão sobre a saúde mental na educação infantojuvenil revelou-se essencial diante do crescente número de crianças e adolescentes que enfrentam dificuldades emocionais que interferem diretamente no desempenho escolar e na convivência social. A partir da revisão de literatura, observou-se que os problemas de saúde mental nessa faixa etária têm se tornado cada vez mais comuns, evidenciando a urgência de estratégias voltadas à prevenção, identificação precoce e acolhimento no ambiente escolar, principalmente após o período de pandemia da COVID 19. Esses fatores influenciam não apenas o rendimento acadêmico, mas também a capacidade dos estudantes de estabelecer vínculos afetivos e sociais positivos.

A integração entre educação e saúde mental não pode mais ser tratada como algo secundário ou de responsabilidade exclusiva da família ou dos serviços de saúde. As escolas são espaços privilegiados de convivência e desenvolvimento integral, e por isso precisam incorporar práticas de escuta ativa, mediação de conflitos, fortalecimento de vínculos e promoção de ambientes seguros e acolhedores. A ausência desse olhar pode contribuir para a evasão escolar, o isolamento dos estudantes e o agravamento de quadros emocionais que poderiam ser minimizados com intervenções adequadas.

Nesse contexto, o papel do educador também se amplia. Além de transmitir conteúdos curriculares, ele se torna agente ativo na identificação de sinais de sofrimento emocional e na mediação de processos de apoio e cuidado. Para tanto, é fundamental que esses profissionais recebam formação contínua e adequada para lidar com tais questões, além de contarem com suporte institucional e parcerias com profissionais da saúde mental. A atuação articulada entre professores, gestores, psicólogos escolares e famílias pode resultar em intervenções mais eficazes e duradouras.

Um quesito a ser pontuado, refere-se à sobrecarga de trabalho com um excesso de burocracia e acúmulo de funções, que poderão acarretar sérios danos à saúde mental dos educadores, que para poderem acolher, têm que estar em dia com a própria saúde física e mental. Ademais, seria providencial que o governo estadual disponibilizasse profissionais da área da saúde, como psicólogos e assistentes sociais, a fim de atenderem os alunos das escolas públicas estaduais, devido ao fato da quantidade expressiva de alunos que requerem algum tipo de assistência socioemocional ou tratamento em caráter emergencial, que geralmente, não possuem condições financeiras de pagar particular um psicólogo ou terapeuta.

Indubitavelmente, o Projeto Escola Escuta foi uma iniciativa de grande valia, no sentido de dar voz aos estudantes, poder ouvi-los, compreendê-los, acolhê-los e realizar os encaminhamentos necessários, no entanto, seria necessária uma articulação maior com a Rede de Proteção e com todos os envolvidos, no sentido de encaminhar os casos mais graves às instâncias responsáveis, de forma menos burocrática, para que as mesmas possam tomar, com maior propriedade, as medidas necessárias. Providencial também a ampliação desse projeto, de modo a envolver um número maior de escolas e profissionais gabaritados.

Portanto, conclui-se que investir na saúde mental dos estudantes é investir na qualidade da educação e no futuro da sociedade. A construção de políticas públicas educacionais que contemplem o bem-estar emocional como parte integrante do processo formativo é uma necessidade urgente. O compromisso com uma educação inclusiva, empática e sensível às necessidades emocionais das crianças e adolescentes deve ser assumido por todos os agentes envolvidos no ambiente escolar, para que seja possível garantir um desenvolvimento pleno, saudável e humanizado.

## **THE IMPORTANCE OF MENTAL HEALTH IN CHILD AND ADOLESCENT EDUCATION: INTRODUCING THE "ESCOLA ESCUTA" PROJECT**

Yasmin Coelho Figueiredo

Humberto de Alencar Castelo Branco School from State-EFM Email  
for correspondence: yasmin.man@hotmail.com

### **ABSTRACT**

*Mental health is a fundamental component for the holistic development of children and adolescents, directly influencing learning, social relationships, and overall well-being. Given that childhood and adolescence are critical periods for emotional and psychological development, the lack of adequate support can lead to lasting consequences throughout life. This reality was especially aggravated during the COVID-19 pandemic, which exposed and amplified existing fragilities in child and adolescent mental health. Furthermore, various studies have highlighted the close relationship between mental health and academic performance. In this context, this article aims to discuss the importance of mental health in child and adolescent education, analyzing the impacts of emotional conditions on academic performance and the formation of healthy social relationships. It concludes that investing in students' mental health is investing in the quality of education and the future of society. The creation of public educational policies that integrate emotional well-being as an intrinsic part of the formative process is an urgent necessity. Hence, the importance of the creation and implementation of the "Escola Escuta" Project, launched in the state of Paraná in 2023, offered by the State Secretariat of Education and Sports of Paraná, in partnership with affiliated specialists from the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), with the aim of caring for students' socio-emotional health, focusing on listening and welcoming. The commitment to an inclusive, empathetic, and sensitive education to the emotional needs of children and adolescents must be assumed by all agents involved in the school environment, to ensure a full, healthy, and humanized development.*

**Keywords:** *Mental health; Child and Adolescent Education; Socio-emotional relationships; Escola Escuta Project*

## **I. INTRODUCTION**

*Mental health is a fundamental component for the holistic development of children and adolescents, directly influencing learning, social relationships, and overall well-being. According to the World Health Organization (2021), approximately 10 to 20% of children and adolescents worldwide live with mental health problems, which often manifest as anxiety disorders, depression, and behavioral changes. Given that childhood and adolescence are critical periods for emotional and psychological development, the absence of adequate support can result in lasting consequences throughout life.*

*This reality was especially aggravated during the COVID-19 pandemic, which exposed and amplified existing fragilities in child and adolescent mental health. Biachi et al. (2024) highlight that the interruption of in-person school activities during the pandemic brought to light previously invisible issues, such as students' mental health. The stress, uncertainty, and social isolation experienced during this period accentuated cases of anxiety and depression among young people.*

*Furthermore, various studies have shown the close relationship between mental health and academic performance. Children and adolescents facing emotional difficulties tend to experience a decline in concentration, demotivation, and low academic performance (Schwingel et al. 2023). This relationship is also pointed out by Silva (2023), who emphasizes that schools prioritizing students' emotional well-being tend to observe better academic and social outcomes, demonstrating that emotional support significantly contributes to learning and holistic development.*

*In this context, there is growing recognition of the importance of early and effective interventions within the school environment. According to Biachi et al. (2024), mental health programs in schools can significantly reduce symptoms of anxiety and depression in children and adolescents. These programs not only offer emotional support to students but also foster a safer, more welcoming, and conducive learning environment.*

*This approach becomes even more relevant when considering that the school environment is a privileged space both for the early identification of signs of psychological distress and for the implementation of care strategies. The school, as a space for coexistence and holistic development, has the potential to directly contribute to the promotion of students' mental health. In this sense, it is essential to integrate actions of welcome, listening, and emotional care into pedagogical practices and educational policies.*

Thus, the "Escola Escuta" Project holds a prominent place in the academic field, as a public policy stemming from the State Secretariat of Education in partnership with other bodies, in line with Law n.º 13.431/2017, which establishes the System of Guarantee of Rights for Children and Adolescents, victims or witnesses of violence, and amends Law n.º 8.069, of July 13, 1990, of the Statute of the Child and Adolescent. This law regulates and organizes the system of guarantee of rights for children and adolescents who are victims or witnesses of violence, creating mechanisms for the prevention and suppression of violence, categorizing forms of physical, psychological, sexual, institutional, and patrimonial violence. According to Article 5 of the Statute of the Child and Adolescent – ECA, "no child or adolescent shall be subjected to any form of negligence, discrimination, exploitation, violence, cruelty, and oppression, with any attack, by action or omission, on their fundamental rights being punishable by law," highlighting that the school, as a place of protection, needs to adopt procedures that restore normal and safe balance, breaking the cycle of violence (CECCON, 2009).

Given this scenario, this article aims to discuss the importance of mental health in child and adolescent education, analyzing the impacts of emotional conditions on academic performance and the formation of healthy social relationships. Based on a literature review, data on the prevalence of mental health problems among young people and the need for educational policies that integrate welcoming practices and emotional support in schools were presented. Furthermore, the functioning of the "Escola Escuta" Project is discussed, as well as the fundamental role that educators and educational institutions play in promoting students' emotional well-being.

## **II. MENTAL HEALTH IN CHILDHOOD AND ADOLESCENCE**

The World Health Organization (WHO) (2021) describes mental health as a state of well-being in which an individual realizes their own abilities, can cope with the normal stresses of life, can work productively and fruitfully, and is able to make a contribution to their community. This understanding encompasses more than just the absence of mental disorders; it involves emotional, cognitive, and social elements, being especially crucial in the initial stages of human growth, such as in childhood and adolescence. During these periods, many of the emotional and social skills that will affect adult life are formed.

Emotional growth in childhood and adolescence is strongly affected by the family, school, and community environment. Thus, mental health is related not only to biological factors but

also to social interactions and the environment experienced by children and adolescents (Cubas et al. 2024). Together, Simonetti et al. (2024) emphasize that care for mental health should begin in the early years of life, through public policies that guarantee protection, welcome, and the promotion of psychosocial well-being.

Adequate emotional development can be benefited by protective factors, such as family support, consistent affective relationships, a friendly school environment, as well as the availability of health and social assistance services. These factors are crucial for increasing self-esteem, resilience, and the ability to cope with difficulties (Cubas et al. 2024). According to Jucá (2019), positive family bonds and continuous emotional support are fundamental for offering security and stability that favor the healthy development of children and adolescents.

In contrast, Santana and Almeida (2024) observe that there are several risk factors that can harm young people's mental health. Among them, they highlight exposure to violence, neglect, physical or emotional abuse, extreme poverty, and family breakdown. Children and adolescents living in situations of social vulnerability are more prone to developing mental problems, including depression, anxiety, and aggressive behaviors.

In addition to environmental aspects, it is important to consider individual characteristics, such as temperament, coping skills, and past experiences. The interaction between genetic and environmental factors shapes how each person reacts to daily situations. Thus, the presence or absence of protective factors can significantly influence young people's mental health, reinforcing the need for preventive and intersectoral actions from the earliest years of life (Silva and Jurdi, 2023).

It is important to emphasize that, according to the World Health Organization (2021), between 10% and 20% of children and young people globally face some type of mental disorder. This fact is alarming, especially when noting that many of these disorders are not diagnosed or treated adequately. The most frequent disorders among young people include anxiety, depression, attention deficit hyperactivity disorder (ADHD), and conduct problems.

Research conducted at the national level also indicates a significant increase in the occurrence of emotional problems among children and adolescents, especially after the COVID-19 pandemic. Cubas et al. (2024) point out that school closures, social isolation, and family instability worsened mental distress. Several students reported symptoms such as difficulty sleeping, constant sadness, irritability, and a decline in academic performance.

Thus, the lack of attention to the mental health of children and adolescents has lasting effects, impacting not only their personal development but also social and educational

indicators. Early detection and appropriate follow-up are fundamental actions to ensure the well-being and full development of this group. In this scenario, the school stands out as a crucial space for the observation, support, and referral of these cases (Simonetti et al. 2024).

### **III. THE RELATIONSHIP BETWEEN MENTAL HEALTH, LEARNING AND SCHOOL COEXISTENCE**

According to Silva (2023), mental health during childhood and adolescence is essential for the full development of human beings, directly affecting both emotional well-being and the ability to learn and interact healthily with others. In an increasingly complex educational environment, where students face social, family, and academic pressures, it is crucial to discuss the interconnection between mental health, learning, and school coexistence. In collaboration, Fonseca et al. (2022) state that the school, as a fundamental space for formation and socialization, must recognize that emotional issues are an integral part of students' lives and need to be treated with the same importance as cognitive issues. This implies adopting a perspective that includes emotional development as a fundamental component of the curriculum and daily life.

Regarding learning, various studies suggest that emotional factors play a crucial role in the knowledge acquisition process. Children and adolescents facing anxiety, depression, low self-esteem, or psychological distress often have difficulty concentrating, remembering information, and thinking logically. These emotional problems, often subtle, have a significant impact on school performance, as they affect motivation, engagement, and problem-solving ability. Furthermore, emotional insecurity can lead to a distorted perception of one's own abilities, causing students to avoid challenges for fear of failure, thus harming their academic and personal progress (Silva, 2022).

Simultaneously, Santos and Rangel (2023) state that relationships within the school are profoundly influenced by students' emotional state. How students interact with each other and with teachers largely depends on the stability of their emotions and the quality of the relationships they establish. In educational contexts where respect, active listening, and empathy prevail, there is a greater tendency for the development of socio-emotional skills, such as self-control, cooperation, and peaceful conflict resolution. On the other hand, institutions that do not encourage emotional inclusion or that ignore occurrences of bullying and discrimination contribute to a hostile environment, further aggravating mental health problems and jeopardizing students' permanence and success.

Therefore, it is fundamental that schools adopt an active approach to mental health. For Fonseca et al. (2022), this care begins with the continuous training of educators, who need to be trained not only to transmit knowledge but also to understand students' emotions and behaviors. The ability to listen attentively, offer welcome, and resolve conflicts is crucial for any modern teacher. In addition, Silva (2022) adds that educational institutions should prioritize the creation of dialogue environments, such as discussion groups and socio-emotional skills workshops, where students can share their feelings, cultivate empathy, and strengthen affective bonds with their peers and educators.

Another crucial element for Oliveira and Ferreira (2022) is the early detection of signs of mental distress. Changes in behavior, social isolation, excessive irritation, decreased academic performance, and self-critical attitudes are some of the signs that indicate a student's mental health may be at risk. The school, by forming a close bond with students, is in a privileged position to notice these transformations and refer the situation to qualified specialists. Collaboration with school psychologists, social workers, and health professionals allows for more efficient follow-up and prevents small signs from escalating into more serious situations.

Moreover, Santos and Rangel (2023) point out that it is essential to integrate mental health promotion into the curriculum in a deliberate manner. Discussing topics such as self-care, empathy, emotional control, and social skills in subjects or interdisciplinary projects helps form more conscious and emotionally balanced citizens. Emotional education should be an integral part of all areas of knowledge, as it is linked to how students relate to the world, resolve disputes, and face daily challenges. This approach not only prevents mental health problems but also strengthens students' resilience.

The social situation of families should be considered, as Lobato et al. (2023) point out. Many young people face conditions of vulnerability, such as family violence, neglect, abuse, poverty, and food insecurity, which directly affect their emotional well-being and, consequently, their school experiences. Therefore, the school cannot disconnect from these issues; on the contrary, it needs to cultivate partnerships with health services, social assistance, and guardianship councils, forming a protection network that ensures students' rights and well-being. Collaborative and community work expands the impact of school initiatives and allows for a more sensitive and coordinated understanding of the challenges that children and adolescents face.

The stigma associated with mental health is also a significant challenge that must be overcome. Many students hesitate to discuss their feelings due to fear of being judged, feeling

shame or prejudice, thus moving away from possible sources of help (Silva, 2022). Implementing awareness campaigns in school, demystifying mental disorders, and emphasizing that seeking help is an act of courage and self-care are strategies that help transform the school culture into an environment of welcome and solidarity. Students who feel emotionally secure tend to communicate better, learn more, and interact more ethically and respectfully with others (Fonseca et al. 2022).

Educational policies need to align with this trend, ensuring funding, training, and infrastructure so that educational institutions can effectively support mental health. The expansion of initiatives such as the School Health Program, the strengthening of multidisciplinary teams, and investment in welcoming and listening environments are actions that need to be prioritized. Students' mental health cannot depend solely on the goodwill of some professionals, but must be an institutional and political priority, guided by clear objectives and supported by adequate financial resources (Santos and Rangel, 2023).

Thus, understanding the connection between mental health, learning, and coexistence at school is to recognize that quality education goes beyond the simple transmission of information. For Fonseca et al. (2022), it must be emotionally conscious, affectively receptive, and socially responsible. By integrating emotional well-being into pedagogical practice, the school transforms into an environment where each student can develop fully, learn meaningfully, live respectfully, and build a healthier and more promising life project. Therefore, promoting mental health in the education of children and adolescents is an ethical, pedagogical, and human responsibility.

#### **IV. THE SCHOOL'S ROLE IN PROMOTING MENTAL HEALTH**

According to Silva (2022), the educational institution, as one of the main environments for interaction and personal development, plays a crucial role in promoting the psychological well-being of young people. By being constantly present in students' lives, it has the ability to perceive initial signs of mental distress, establish spaces for welcoming listening, and assist in implementing preventive initiatives that foster students' emotional balance. Within this scenario, the promotion of mental well-being should be seen not as a secondary task of the school, but as a vital part of its commitment to students' holistic education.

The promotion of mental well-being in schools involves educational, preventive, and interventional actions. This requires educators to be prepared to identify risks and factors that provide protection related to emotional distress (Silva and Barros, 2021). In collaboration, Silva (2022) states that a teaching staff that is aware and informed about the relevance of mental

health can act more effectively in conflict resolution, in strengthening affective relationships, and in developing students' socio-emotional competencies. Furthermore, it is essential that school leaders implement internal guidelines and institutional practices that foster a culture of welcome, attentive listening, respect for diversity, and valuing each student's individuality.

The school must also function as a promoter of healthy environments. This implies considering the physical space, the pedagogical routine, the interaction between teachers and students, and the coexistence among peers as factors that can favor or harm students' emotional health. Environments characterized by excessive competitiveness, pressure for performance, and rigid discipline can generate anxiety, fear, and insecurity, while environments that encourage dialogue, youth autonomy, and mutual respect favor the development of emotional and social competencies. It is in this context that the creation of pedagogical projects aimed at emotional education, empathy, and peaceful conflict resolution becomes so relevant (Silva, 2019).

The school's role in promoting mental health goes beyond its internal sphere, according to Oliveira (2024). It needs to integrate with families and social protection network services. Collaboration with basic health units, social assistance services, and child and adolescent protection agencies enables more efficient follow-up of cases that require multi-area intervention. This intersectoral collaboration is crucial to ensure a holistic approach to the student, as many emotional issues affecting school life originate in vulnerable family contexts, in addition to experiences of violence, neglect, or deprivation of essential rights.

Silva (2019) states that it is essential for the educational institution to dedicate itself to the continuous improvement of its teams, providing learning, reflection, and care opportunities for educators. The psychological well-being of teachers significantly influences the quality of the relationship they maintain with students and how they manage the teaching process. An educator who feels emotionally overwhelmed, without institutional support, and facing an excessive workload, often has difficulty facing the challenges of the school environment, which can result in dehumanizing practices and problematic relationships. Therefore, caring for the mental health of education professionals is also a way to foster collective well-being in the institution.

Attentive listening should be an established practice in institutions. Often, children and adolescents lack verbal skills to communicate their anxieties, and their emotional pains manifest through inappropriate behaviors, isolation, or lack of motivation (Oliveira, 2024). Cananosque Neto et al. (2024) point out that it is the school's responsibility to observe these signs and provide environments where students can share their concerns without fear of being

*judged or punished. Initiatives such as discussion circles, support groups, emotional expression workshops, and psycho-pedagogical support are fundamental to creating a more welcoming and emotionally safe environment.*

*Another important aspect for Lemos et al. (2025) is the inclusion of the topic of mental health in the school curriculum. Discussing topics such as self-esteem, anxiety, depression, relationships, empathy, and self-knowledge in an integrated manner allows students to understand their own feelings and develop resources to face daily emotional challenges. Emotional education, when incorporated into the curriculum, strengthens students' resilience, expands their coexistence skills, and enhances learning. This approach is also valuable for deconstructing stigmas associated with mental disorders, fostering a culture of welcome and respect for diversity.*

*The role of support professionals, such as school psychologists and educational counselors, is equally crucial in this context. These professionals should be part of pedagogical teams and actively participate in school strategies, contributing their knowledge to identify risk factors, mediate conflicts, and develop individual and collective interventions. The presence of these specialists allows for a more sensitive and technical analysis of the emotional issues faced by students, in addition to favoring the creation of internal mental health policies based on evidence and best practices (Silva and Barros, 2021).*

*Finally, it is essential to recognize that promoting mental health in the school environment demands a cultural transformation. Oliveira (2024) points out that it is necessary to reevaluate the school's role not just as a place for transmitting knowledge, but as an institution that forms emotionally conscious, critical, and ethical citizens. The school should be a space of life, affection, protection, and belonging. When mental health is considered an essential part of educational formation, a solid foundation is established for students to develop their autonomy, expand their ability to face challenges, and build healthier and happier life trajectories.*

## **V. PUBLIC POLICIES AND PROGRAMS TO SUPPORT SCHOOL MENTAL HEALTH**

*According to Braga (2019), public policies aimed at promoting mental health in the school environment have become increasingly relevant in the face of contemporary challenges faced by children and adolescents in the educational context. Problems such as anxiety, depression, low self-esteem, socialization difficulties, and even suicidal ideation are becoming recurrent in schools, requiring articulated and effective responses from public authorities. In this scenario,*

*it is essential to reflect on the institutional strategies implemented in education networks to ensure the comprehensive care of students, considering them in their complexity and in their emotional, cognitive, and social dimensions. The school can no longer be seen only as a space for transmitting content, but also as an environment for coexistence, welcome, and mental health promotion, in constant dialogue with specific public policies.*

*One of the main Brazilian programs aimed at promoting health in schools is the School Health Program (PSE), according to Ferreira et al. (2022), created in 2007 through a partnership between the Ministries of Health and Education. The PSE aims to strengthen prevention and care actions within the school environment, focusing on topics such as healthy eating, oral health, violence prevention, and, more recently, mental health. However, its implementation is still quite unequal in the national territory, facing difficulties such as the lack of effective integration between health and education teams, low training of professionals involved, and scarcity of resources. Furthermore, the program does not always manage to deeply contemplate the specificities of child and adolescent mental health, which requires continuous actions sensitive to the particularities of each territory and school community.*

*The approval of Law nº 13.935/2019, which provides for the mandatory presence of psychologists and social workers in public basic education schools, represented an important advance in consolidating psychosocial support as an educational public policy. The work of these professionals is essential to early identify signs of psychological distress, provide individual and collective support, guide teachers and families, and contribute to the creation of a healthier and more empathetic school environment. However, the implementation of the law still faces significant barriers, such as the absence of public tenders, the resistance of some managers to prioritize the mental health agenda, and the lack of clarity about the role these professionals should play in daily school life, which compromises the transformative potential of this policy (Braga, 2019).*

*In addition to national policies, Lima et al. (2024) state that some state and municipal initiatives have stood out for creating specific programs aimed at mental health care in schools. In several regions of Brazil, successful experiences emerge, such as discussion circles with students, emotional education workshops, listening groups with family members, periodic training for teachers, and partnerships with universities for the development of extension projects. These programs, when well conducted, promote safe spaces for dialogue and active listening, strengthening the bonds between school, family, and community, and contributing to addressing issues such as bullying, social isolation, and prejudice related to mental disorders.*

*The personalization of actions, based on local needs, has proven to be a decisive factor for the success of these policies.*

*The continuing education of education professionals, especially teachers, represents another central point in the consolidation of public policies for school mental health. Often, teachers face situations of emotional distress in students, but do not feel prepared to deal with them adequately, which can generate feelings of impotence, frustration, and even illness. Therefore, it is urgent that career plans and teacher training policies include content related to mental health, emotional intelligence, conflict mediation, and socio-emotional development. The teacher also needs to be seen as a subject who feels, who gets sick, and who needs support to perform their function with quality and emotional balance (Lago and Aguillar, 2022).*

*For Matos and Francisco (2024), the integration between the health, education, and social assistance sectors is a fundamental guideline for the success of public policies aimed at promoting mental health in childhood and adolescence. This articulation must occur systematically, with joint planning, shared goals, and continuous evaluation of the impacts of the implemented actions. The social protection network must function organically, with agile referrals, effective communication between agencies, and centrality in listening to the individuals served. Only with this intersectoral vision will it be possible to guarantee comprehensive and humanized care for children and adolescents experiencing psychological distress, avoiding fragmented or excessively medicalizing approaches.*

*Another essential aspect in the formulation and execution of public policies for school mental health, according to Ferreira et al. (2022), is the valorization of student protagonism. Students need to be heard in their pains, desires, and perceptions about the school environment. Spaces for speech, such as student unions, school councils, and peer conflict mediation projects, can be fundamental for students to feel they belong to the educational process. Active listening and stimulating autonomy contribute to strengthening self-esteem, a sense of responsibility, and problem-solving capacity, which is directly linked to mental health promotion and the prevention of risky behaviors.*

*Despite legal advances and successful local experiences, Matos and Francisco (2024) state that numerous challenges still persist for mental health to consolidate as a structuring axis of Brazilian education. The lack of public investment, the absence of clear goals in education plans, the invisibility of the agenda in educational debates, and the still existing prejudice related to mental disorders are obstacles that need to be faced collectively. It is necessary to expand the public debate on the topic, raise awareness among managers, and*

involve families and civil society in building a more welcoming, inclusive, and well-being-promoting school.

Finally, public policies and support programs for school mental health should be understood as an integral part of an education that aims to foster well-rounded, critical, and emotionally healthy individuals. A commitment to care must permeate the curriculum, the political-pedagogical project, and the institutional culture of schools. Promoting mental health within the educational environment is an investment in learning, coexistence, and citizenship, acknowledging that a child or adolescent can genuinely learn only when they feel respected, heard, and emotionally secure (Braga, 2019).

## **VI. THE "ESCOLA ESCUTA" PROJECT: AN INITIATIVE FROM PARANÁ**

According to App Sindicato (2023), the "Escola Escuta" (School Listens) Project is a pioneering public policy implemented in the state of Paraná with the objective of strengthening active listening and promoting mental health in educational institutions. Launched by the Secretariat of Education and Sports in partnership with the State Secretariat of Health and with the support of public universities, the program emerged as a response to the growing demand for structured actions that guarantee the emotional well-being of children and adolescents in the school environment. The project recognizes that psychological distress among students is a reality that needs to be addressed with sensitivity, planning, and integration among different sectors of society.

With a focus on prevention and mental health promotion, "Escola Escuta" operates intersectorally, mobilizing school administrators, teachers, pedagogical teams, health professionals, and, most importantly, students themselves and their families. One of the central pillars of the initiative is the continuous training of education professionals, with emphasis on developing competencies related to active listening, conflict mediation, and the early identification of signs of emotional distress. These training processes are offered through partnerships with universities and specialized institutions, ensuring technical quality and scientific backing for the actions carried out (Canezim, 2025).

According to Colégio João Zacco (2025), the project is based on the idea that the school should be a space for welcome, dialogue, and relationship building. In this sense, "Escola Escuta" proposes the creation of institutional routines aimed at qualified listening to students, such as discussion circles, socio-emotional workshops, individualized care, and moments of reflective coexistence. These practices allow students to express themselves freely, share

*their anxieties, strengthen their self-esteem, and develop important skills for coping with adverse daily situations.*

*The educational institutions that will carry out the project's actions receive an orientation guide, prepared by the State Secretariat of Education and Sports of Paraná, intended for directive and pedagogical teams, covering protocols for situations of intra- and extra-school violence, with referral protocols for various situations of violence, mental health circumstances, cases of racism and racial slurs, as well as situations of gender identity and sexual orientation. With the aim of identifying and understanding the crisis affecting students, the guide proposes guidance according to each situation and the context of the facts to be understood, so that referrals become effective. It is important to note that cases are properly recorded in minutes and in the Integrated Ombudsman Management System (SIGO) (CEDOC, 2020).*

*Instituted by Law No. 13.431/2017, the active listening protocol aims to prevent children and adolescents from repeatedly reliving traumatic moments of violence and to ensure they can be treated with dignity by the system of rights guarantees as a whole. It must be carried out only by a properly specialized professional from the Protection Network.*

*One of the main concerns brought by Law No. 13.431/2017 is regarding the non-revictimization of children and adolescents who are victims or witnesses of violence, that is, to prevent reports from being repeated multiple times to various people. Hence, the cruciality of acting with assertiveness and directed actions.*

*Spontaneous disclosure occurs when the choice of professional is made by the child or adolescent themselves, with the aim of revealing that they were a victim or witness of violence, and can be any person in the school environment, who must welcome, respect, and credit the report, without questioning or seeking proof.*

*It will be this professional's responsibility to reproduce the version for the director and fill out the spontaneous disclosure record, with the director being responsible for making the necessary referrals for the fact, including filling out the Sinan (Information System for Notifiable Diseases) form. However, if the professional who heard the child's or adolescent's report is unable or unwilling to write, another person may draft the report (CEDOC, 2020).*

*Another differential of the project, according to Canezim (2025), is the valorization of youth protagonism. "Escola Escuta" recognizes that adolescents have much to contribute to building a healthier and more collaborative school environment. To this end, actions such as the formation of peer support groups, the creation of student councils and collectives aimed at promoting emotional well-being, and the conducting of awareness campaigns on topics such*

as bullying, suicide, racism and prejudice, violence against women, drug use, child labor exploitation, sexual orientation, diversity, combating abuse and sexual exploitation against children and adolescents, depression, anxiety, and respect for diversity, among others, are encouraged. These actions reinforce the autonomy of young people and position them as active agents of school transformation.

In addition to pedagogical actions, still according to Colégio João Zacco (2025), "Escola Escuta" also promotes articulation with the territory's mental health network. This means that schools participating in the project establish direct links with Psychosocial Care Centers (CAPS), Basic Health Units (UBS), and other specialized services, facilitating the referral of cases that require clinical attention. This integration ensures greater agility in care and prevents situations of emotional distress from worsening due to discontinuity in care.

For Canezim (2025), one of the positive impacts of the project is the change in school culture, which begins to understand mental health as an integral part of the educational process. Teachers and administrators report that, after the implementation of "Escola Escuta," there is greater openness to dialogue with students, conflict reduction, improved coexistence, and increased engagement in school activities. Furthermore, the training offered to professionals expands their understanding of the social determinants of mental health, promoting more sensitive and inclusive pedagogical practices.

The project also stands out for its emphasis on listening to families, understanding that the family context is essential for students' emotional care. Schools are encouraged to create open channels of communication with guardians, promoting meetings, support groups, and discussion circles with parents. This approximation contributes to strengthening the bond between school and community, promoting a more solid support network around students (App Sindicato, 2023).

Still according to App Sindicato (2023), it is worth noting that "Escola Escuta" is not an isolated action, but is part of a broader proposal by the Paraná government to humanize public education. The initiative is aligned with the State Education Plan and with the Sustainable Development Goals (ODS), especially with regard to the promotion of health and well-being (ODS 3) and quality education (ODS 4). By effectively integrating health and education, the project offers an innovative and structured response to the contemporary challenges faced by Brazilian public schools.

Even in the face of significant advances, "Escola Escuta" still faces challenges, such as expanding the number of schools served, continuous training of all involved, and consolidating

*the culture of listening at all levels of school management. It is also necessary to guarantee financial and human resources that allow the sustainability of the policy in the long term. For this, the involvement of state managers, municipal secretariats, and civil society is fundamental (Canezim, 2025).*

*In summary, the "Escola Escuta" Project represents an important national reference in the field of public policies for school mental health. By recognizing listening as a pedagogical and therapeutic act, the initiative transforms the school into a space of care, welcome, and holistic development. The example of Paraná reveals that it is possible to build paths of transformation in education when there is political commitment, intersectoral planning, and valuing of the voices that make up daily school life — especially those that have historically been silenced (App Sindicato, 2023).*

*However, App points out concerns regarding the project's implementation, as, in the union's opinion, despite the well-intentioned idealization, "in practice, overloaded teachers and staff have assumed a new responsibility – for which they lack training – as the project requires the school to use its own staff to perform listening" (App Sindicato, 2023).*

*The teachers' union warns that the Regional Education Centers (NREs) have meticulously demanded the registration of actions, further burdening employees who have taken on new responsibilities. They reiterate that, while initial listening is inseparable from the routine of educators, specialized approaches in this area should be carried out by health or social assistance professionals. This is due to the fact that referrals without proper training could lead to catastrophic consequences, resulting in administrative and even criminal liability for those involved (APP, 2023).*

*Therefore, the category advocates for public authorities to provide the network with agile and less bureaucratic tools for the quick notification of cases requiring mental, psychological, and emotional health attention for students, integrated with the SUS (Brazil's public healthcare system) (APP, 2023).*

## **VII. FINAL CONSIDERATIONS**

*The discussion about mental health in child and adolescent education proved essential given the growing number of children and adolescents facing emotional difficulties that directly interfere with school performance and social coexistence. From the literature review, it was observed that mental health problems in this age group have become increasingly common,*

*highlighting the urgency of strategies aimed at prevention, early identification, and welcoming in the school environment, especially after the COVID-19 pandemic. These factors influence not only academic achievement but also students' ability to establish positive affective and social bonds.*

*The integration between education and mental health can no longer be treated as secondary or the exclusive responsibility of the family or health services. Schools are privileged spaces for coexistence and holistic development, and therefore need to incorporate practices of active listening, conflict mediation, strengthening bonds, and promoting safe and welcoming environments. The absence of this perspective can contribute to school dropout, student isolation, and the worsening of emotional conditions that could be minimized with appropriate interventions.*

*In this context, the role of the educator also expands. In addition to transmitting curricular content, they become an active agent in identifying signs of emotional distress and mediating support and care processes. To this end, it is fundamental that these professionals receive continuous and adequate training to deal with such issues, in addition to relying on institutional support and partnerships with mental health professionals. Articulated action among teachers, administrators, school psychologists, and families can result in more effective and lasting interventions.*

*One point to highlight concerns work overload with excessive bureaucracy and accumulation of duties, which can cause serious damage to educators' mental health. To be able to offer support, they must be in good physical and mental health themselves. Moreover, it would be provident for the state government to provide health professionals, such as psychologists and social workers, to attend to students in state public schools, due to the significant number of students who require some type of socio-emotional assistance or emergency treatment, who generally cannot afford private psychological or therapeutic care.*

*Undoubtedly, the "Escola Escuta" Project was a highly valuable initiative in giving voice to students, allowing them to be heard, understood, welcomed, and to make the necessary referrals. However, greater articulation with the Protection Network and all involved parties would be necessary to refer the most serious cases to the responsible instances, in a less bureaucratic way, so that they can more appropriately take the necessary measures. The expansion of this project is also crucial to involve a greater number of schools and qualified professionals.*

*Therefore, it is concluded that investing in students' mental health is investing in the quality of education and the future of society. The construction of public educational policies that contemplate emotional well-being as an integral part of the formative process is an urgent necessity. The commitment to an inclusive, empathetic, and sensitive education to the emotional needs of children and adolescents must be assumed by all agents involved in the school environment, to ensure a full, healthy, and humanized development.*

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS/REFERENCES**

- App Sindicato (2023). Escola Escuta: iniciativa com boas intenções esbarra em implementação equivocada. Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/escola-escuta-iniciativa-com-boas-intencoes-esbarra-em-implementacao-equivocada/>> Acesso em: 21 Abr. 2025.
- Bianchi, B. L., Siniak, D. S., Velozo, K. D. S., Souza, M. B. de, & Borges, L. R. (2024). Saúde mental infantojuvenil nas escolas: Percepção de enfermeiros. *Cogitare Enfermagem*, 29, e93185.
- Braga, C. P. (2019). Políticas públicas na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: percurso histórico e caminhos de participação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(2).
- Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)
- Brasil. (2017). Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017: Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm)
- Cananosque Neto, H., Barbosa, A. S., & Fachini, M. (2024). O papel dos professores na promoção da saúde mental infantil. *International Health Beacon Journal*, 1(2), 31–40.
- Canezim, M. R. C. Projeto escola escuta. Disponível em: <[https://prezi.com/p/5\\_aqmc4ahyxf/projeto-escola-escuta/](https://prezi.com/p/5_aqmc4ahyxf/projeto-escola-escuta/)> Acesso em: 21 abr. 2025.
- CEDOC. (2020). Guia de orientação: Às equipes diretivas e pedagógicas dos protocolos de situações de violência intra e extraescolar. [https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/11607/11676/guia\\_orientacao\\_protocolo\\_situacao\\_violencia.pdf](https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/11607/11676/guia_orientacao_protocolo_situacao_violencia.pdf)
- Colégio João Zacco. (2025). Em nossa escola, temos o projeto chamado escola escuta. Este projeto foi criado pelo governo, visando auxiliar no desempenho social e escolar dos alunos. Disponível em: <[https://www.instagram.com/p/DGdy7\\_IRFvV/?img\\_index=4](https://www.instagram.com/p/DGdy7_IRFvV/?img_index=4)> Acesso em: 21 abr. 2025.

- Ceccon, C., et al. (2009). *Conflitos na escola: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como lidar*. São Paulo: CECIP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Cubas, J. M., Bonamigo, J. G., Alvarenga, R., et al. (2024). A infância e a adolescência na política de saúde mental: Uma análise por meio dos conselheiros e conferências de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29(5).
- Ferreira, K. M. N., Moura, M. L. L., Gouveia Filho, J. C. L., et al. (2022). Políticas públicas de implementação de saúde mental na escola: uma revisão documental. *Anais do VI Congresso Nacional de Educação – CONEDU*, São Paulo.
- Fonseca, R. P., Guinle, V. A., Fiorili, V., et al. (2022). Impactos desenvolvimentais, de saúde mental e aprendizagem em crianças, adolescentes, pais e professores pós-fechamento das escolas: uma revisão sistemática. *Debates em Psiquiatria*, 12, 1–87.
- Jucá, V. (2019). As políticas de saúde mental infantojuvenil no Brasil: A construção de uma rede de atenção psicossocial sensível às especificidades da infância e da adolescência. *Emboral: Revista da Associação Nacional de História do Ceará*, 10(19), 1–18.
- Lago, M., & Aguillar, A. (2022). *Cenário das políticas e programas nacionais de saúde mental* (1ª ed.). Rio de Janeiro.
- Lemos, R. L. F., Santos, N. M., Marinho, M. L., et al. (2025). Promoção de saúde mental no ambiente escolar: desafios e estratégias em duas realidades brasileiras. *Revista Semiárido De Visu*, 13(1).
- Lima, M. E., Gomes, N. S., Diógenes, J. C. V., et al. (2024). Políticas públicas da saúde mental no meio educacional. *Revista Encontros Científicos UNIVS*, 6(2).
- Lobato, G. R., Reis, A. F. C. dos, & Pinheiro, B. M. (2023). A saúde mental no ambiente escolar: conexões entre a adolescência, a escola e a família. *Revista da JOPIC – Jornada Científica e de Iniciação Científica*, 3(12), 74.
- Matos, R. L., & Francisco, D. J. (2024). Saúde mental e educação: a ética do cuidado como fundamento das práticas de promoção em saúde nas escolas. *Revista Saúde Mental e Educação*, 9(esp. 1).
- Oliveira, B. D. C. (2024). Promoção de saúde mental no contexto escolar: potências, desafios e a importância da colaboração intersetorial para o campo da atenção psicossocial. *Physis*, 34.
- Oliveira, G. V., & Ferreira, B. M. (2022). Saúde mental no ambiente escolar: impactos na aprendizagem e o papel social da escola. *Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate*, 8(2), jul./dez.
- Organização Mundial da Saúde. (2021). *Saúde mental: uma prioridade para o desenvolvimento infantil – Relatório global*. OMS.

- Santana, P. de O., & Almeida, C. F. de. (2024). Aspectos envolvidos na saúde mental de crianças e adolescentes: Uma revisão de literatura. *Ciências da Saúde*, 28(131).
- Santos, A. P. dos, & Rangel, F. D. (2023). Relação entre saúde física e emoções positivas na aprendizagem: aspectos gerais e perspectivas para o cenário educacional. *Revista Educação Pública*, 23(22).
- Schwingel, M. R., Bienert, A. C., Andrade, J. G. R., et al. (2023). Percepções de educadores sobre a saúde mental infantil no contexto escolar: Um estudo qualitativo e de intervenção em duas regiões brasileiras. *Cadernos de Educação*, (67), e023036, 1–21.
- Silva, C. D. (2022). Saúde mental infantojuvenil e a escola: diálogos entre profissionais da educação e da saúde. *Saúde em Debate*, 46(spe6).
- Silva, C. D. da, & Jurdi, A. P. S. (2023). Saúde mental infantojuvenil e a escola: Diálogos entre profissionais da educação e da saúde. *Saúde em Debate*, 46, 97–108.
- Silva, G. V. (2019). Promoção de saúde mental para adolescente em uma escola de ensino médio – Um relato de experiência. *Revista NUFEN*, 11(2).
- Silva, M. M., & Barros, L. S. (2021, março). A contribuição da escola para a promoção da saúde mental de adolescentes no combate à depressão e ao suicídio. *Brazilian Journal of Development*, 7(3), 21078–21095.
- Silva, R. (2023). Saúde mental na escola: Reflexões a partir de uma revisão de literatura. *Revista Temas em Educação*, 32(1), 1–18.
- Simonetti, M. G., Holanda, K. P., & dos Santos, V. J. (2024). Saúde mental infantojuvenil no Brasil: Incidências históricas. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 16(49), 152–174.